

■ NACIONAL

negotiation www.

Economia - Brasil

308

Fernando Henrique anuncia o ajuste amanhã

Presidente já definiu o aumento da CPMF para 0,35%, a prorrogação do FEF e a cobrança de contribuição previdenciária dos inativos

O programa de ajuste fiscal, considerado vital para o equilíbrio das contas públicas e para a retomada da confiança dos investidores no Brasil, será divulgado amanhã. O presidente Fernando Henrique Cardoso disse que fará o anúncio das medidas em um pronunciamento oficial à Nação. Ainda não está definido se ele falará hoje à noite, em cadeia nacional de rádio e tevê, ou na quarta-feira pela manhã, disse o porta-voz do Palácio do Planalto, Sérgio Amaral. Depois do pronunciamento, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, irá detalhar as medidas.

O porta-voz afirmou que a apresentação do pacote fiscal aos líderes dos partidos que compõem a base governista no Congresso, será feita amanhã pela manhã. O ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, afirmou que a versão final do programa só ficará pronta por volta da meia-noite de hoje.

Carvalho disse que todas as medidas de cortes de gastos e de aumento de receitas terão de passar pelo crivo do presidente. "Até que isso ocorra, nada está definido." A equipe técnica que elabora o pacote terá uma última reunião na manhã de hoje. A Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF), integrada por técnicos da Fazenda e do Planejamento, vai alinhar a última versão.

Na opção de uma ajuste mais duro, os técnicos montaram um pro-

grama fiscal próximo de R\$ 40 bilhões para ser aplicado já no próximo ano. Mas quando recebeu essa proposta, na semana passada, o presidente da República ficou assustado com a dimensão das medidas e de seus efeitos sobre a economia. Temendo uma recessão sem precedentes e desemprego recorde, Fernando Henrique determinou que o programa fosse refeito e avisou que será ele quem definirá o tamanho do ajuste, que deve ficar entre R\$ 23,5 bilhões e R\$ 30 bilhões.

Das medidas que ainda estão sendo discutidas, pelo menos três já têm a concordância do presidente: o aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), de 0,2% para até 0,35%; a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e a cobrança previdenciária dos inativos da União. Entre as alternativas que vêm sendo sugeridas pela equipe técnica para essa contribuição previdenciária, a última prevê a instituição de uma alíquota de até 15% para os aposentados e pensionistas do serviço público. Para servidores da ativa, deve haver alíquotas variáveis, entre dos atuais 11% a 16%, para salários acima de R\$ 1.200.

O presidente já confidenciou a um grupo restrito de assessores que o governo dificilmente irá propor a tributação das grandes fortunas, um projeto de sua autoria que ainda tra-

Medidas em discussão

- Elevação da alíquota da CPMF de 0,20% para até 0,35%.
- Prorrogação da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda da Pessoa Física, até o ano 2000 ou 2001, para quem recebe acima de R\$ 1.800,00.
- Prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) até 2006 e possível elevação da desvinculação de receitas federais dos atuais 20% para 30% ou 40%.
- Aumento da contribuição previdenciária do funcionalismo público federal, com alíquotas variáveis de 11% a 16%, para quem recebe acima de R\$ 1.200,00.
- Instituição da cobrança previdenciária para os aposentados e pensionistas da União para 15%, segundo o último estudo.
- Corte de R\$ 8 bilhões sobre o item Outras Despesas de Custeio e Capital (OCC — que inclui investimentos, custeio da máquina e programas específicos) do orçamento da União de 1999.
- Regulamentação da reforma administrativa — os estados poderão ajustar a sua folha de salários à Lei Camata, que limita os gastos com pessoal em 60% das receitas.
- Projeto de lei sobre finanças públicas com a regulamentação do artigo 163 da Constituição, instituindo, entre outros pontos, limites para déficit e dívida para estados e municípios, mecanismos de controle prévio, como gatilho automático para contenção de despesas e penalidades para quem descumprir as metas.

mita no Congresso. Além disso, o governo já constatou que é inviável o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 2% para 10% nas compras efetuadas no exterior com cartão de crédito, bem com o retorno do imposto sobre consumo de combustíveis. Nesse caso, a proposta que reúne quase um consenso é o fim do subsídio do álcool à Petrobrás, que permitirá economizar R\$ 3 bilhões por ano.

No Congresso, o presidente da Câmara, deputado Michel Temer, afirmou que o governo terá dificuldades para aprovar alguns pontos do programa de ajuste, sobretudo os que tratam de alta de impostos. Ele se mostrou surpreso com a proposta de aumentar a CPMF para 0,35% e levantou a possibilidade de parte do PMDB, liderada pelo senador Jader Barbalho, se opor ao pacote.

O Ministério do Planejamento

deu início ontem ao processo de consulta aos ministérios sobre os cortes que serão feitos no Orçamento do próximo ano. Embora o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, tenha dito que haverá uma corte efetiva de R\$ 8 bilhões na rubrica Outras Despesas de Custeio e Capital (OCC), os ministros da área econômica admitem que essa contenção deverá chegar até R\$ 10 bilhões. Até o "Brasil em Ação" será cortado.

Segundo levantamento do Comissão de Orçamento da Câmara, dos R\$ 43,3 bilhões que podem ser atingidos pelos cortes, 53% são destinados à área social, equivalentes a R\$ 23 bilhões. Desse total, a Saúde responde por 35%, a Educação a 11% e a Previdência, 7%. O deputado Paulo Bernardo (PT-PR), integrante da Comissão, lembrou que também estão sendo esperados cortes na área de investimentos, na qual se concentram os recursos destinados ao atendimento das emendas dos parlamentares. Dos R\$ 16,2 bilhões previstos para essas emendas, a expectativa é de que o governo corte 50%.

A exceção dos ministérios da área social, que devem ter seus limites máximos de gastos para o próximo ano fixados entre hoje e amanhã, a média de cortes nos restantes das pastas está variando entre 17% e 20% do Orçamento executado em 1998. No Ministério dos Transpor-

tes, a previsão é de que a contenção atinja as principais obras rodoviárias, como a duplicação da Fernão Dias e a Rodovia do Mercosul.

No Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, os cortes devem chegar a R\$ 230 milhões, atingindo, entre outras obras, a construção de açudes no Nordeste. No Ministério da Administração, a primeira medida adotada pela ministra Cláudia Costin foi o corte de gratificações (DAS), que permitirá uma economia de quase R\$ 1 milhão por ano. Já no Ministério da Ciência e Tecnologia, estima-se corte de pelo menos R\$ 150 milhões.

Os ministros terão, no máximo, até sexta-feira para encaminhar ao Planejamento quais os projetos que serão atingidos pelos cortes. O governo prometeu enviar ao Congresso a nova versão, mais realista, do Orçamento para 1999 no dia 3.

Os 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) reúnem-se para rever a proposta orçamentária do tribunal para o ano que vem. O STF deve discutir a redução dos atuais R\$ 124 milhões, propostos depois de uma redução de 6,86% em relação à ideia inicial de R\$ 134 milhões. O corte pode chegar a 20%.

Cíntia Sasse, Vicente Nunes, Deise Leobet, Renata Veríssimo, Kátia Guimarães, Luís Eduardo Leal, Juliano Basile e Aldo Renato Soares (Brasília)